

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E PNAES: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO SOBRE A PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA ÁREA

STUDENT ASSISTANCE AND PNAES: A BIBLIOMETRIC STUDY ON SCIENTIFIC PRODUCTION IN THE AREA

Daniel Gustavo dos Santos¹
Paulo Henrique de Lima Siqueira²
Daniela Martins Diniz³

RESUMO

A Assistência Estudantil no Ensino Superior Brasileiro obteve um grande passo para uma política de estado com a implantação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) por meio do Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010. Com isso, torna-se importante analisar como tem sido o desempenho das Instituições Federais de Ensino Brasileiras na gestão do PNAES. Na expectativa de contribuir para esse debate e considerando a escassez de pesquisas nacionais sobre o tema, o objetivo deste trabalho foi mapear e analisar os artigos publicados sobre Assistência Estudantil no Ensino Superior e sobre o PNAES no Brasil, considerando ainda estudos direcionados para o monitoramento e avaliação do programa. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliométrica de artigos no Portal de Periódicos da Capes, em outubro de 2019, para levantar a produção científica nacional na área. Os resultados do levantamento apontaram um aumento do número de publicações na área a partir de 2014, indicando se tratar de um tema de pesquisa contemporâneo. Com relação aos pesquisadores, os dados indicaram que não há um quadro de hegemonia e concentração dos estudos em poucos docentes e que a maioria dos trabalhos foi desenvolvida de forma cooperativa. Constatou-se, também, uma lacuna teórica em relação à questão da avaliação do PNAES devido à escassez de estudos que analisam tal temática. Portanto, novas pesquisas nessa linha tornam-se necessárias no país para que se amplie e consolide o debate em torno da promoção de igualdade de oportunidade aos discentes no Ensino Superior.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência Estudantil; PNAES; Ensino Superior; Políticas Públicas; Avaliação.

ABSTRACT

Student Assistance in Higher Education in Brazil took a major step towards becoming a state policy with the implementation of the National Student Assistance Program (short in Portuguese PNAES) through the Decree No. 7,234 of July 19, 2010. Therefore, it is important to analyze the performance of the Brazilian Federal Institutions of Education in the management of the PNAES. Hoping to contribute to this debate and taking into account that there is little research on the topic in Brazil, the aim of this work was to map and to analyze the articles published about Student Assistance and PNAES, also taking into consideration studies that were oriented to monitoring and

¹ Mestrando do programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em rede da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (PROFIAP/ANDIFES), concluiu MBA em Gestão Pública pelo Instituto Prominas, Universidade Candido Mendes, (UCAM) e bacharel em Administração pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). Atualmente é Técnico Administrativo da Pró-Reitora de Assuntos Estudantis da UFSJ.

² Possui graduação em Administração pela Universidade Federal de Viçosa, mestrado em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa e doutorado em Administração pela Universidade Federal de Lavras. Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Federal de São João Del-Rei.

³ Doutora em Administração pela UFMG na linha de 'Gestão e Tecnologias Gerenciais'. Mestre em Administração pela PUC Minas, na linha de 'Inovação e Conhecimento Professora Adjunta da Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ), vinculada ao Departamento de Ciências Administrativas e Contábeis - DECAC. Professora do Mestrado PROFNIT (Programa Stricto Sensu em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação da UFSJ).

assessing the program. For this purpose, a bibliometric survey of articles was carried out in the CAPES Journal Portal in October 2019, in order to collect the national scientific production in the referred field. The results of the survey point out to an increase in the number of publications in the area as of 2014, indicating that this is a contemporary research topic. In what regards the researchers, the data suggested that there is no hegemony or concentration of the studies on only few professors and that most of the works were carried out cooperatively. It was also verified that there is a theoretical gap regarding the problem of assessment of the PNAES, since there were very few articles dealing with that topic. Therefore, new research on this line of studies is necessary in Brazil, in order to expand the debate on the promotion of equality of opportunity for Higher Education Students.

KEYWORDS: Student Assistance; PNAES; University Education; Public Policy; Assessment.

1 INTRODUÇÃO

A Assistência Estudantil (AE) no ensino superior público brasileiro foi desenvolvida com a finalidade de fornecer aos estudantes com vulnerabilidade socioeconômica condições para que pudessem permanecer no curso e concluírem a graduação. As primeiras ações relacionadas à Assistência Estudantil no país surgiram em 1930, época em que se consolidaram as primeiras universidades brasileiras do século XX, sob o governo do então Presidente Getúlio Vargas (DUTRA; SANTOS, 2017).

As discussões sobre AE foram se tornando mais sistemáticas e complexas com o passar dos anos, sobretudo a partir da década de 2000. As ações que eram desenvolvidas de forma fragmentadas pelas universidades públicas evoluíram significativamente em 2010 para um *status* de política de estado. Nesse ano, particularmente, foi aprovado o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), através, do Decreto-Lei n° 7.234. Tal legislação representou uma importante conquista dos seguintes grupos organizados: Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace), Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e União Nacional dos Estudantes (UNE), os quais estiveram à frente das lutas pela consolidação da AE em nível institucional e pelo seu reconhecimento enquanto política pública de direito (AMARAL; NASCIMENTO, 2010; DUTRA; SANTOS, 2017).

O desenvolvimento de programas de Assistência Estudantil como instrumento de acesso, permanência e conclusão de curso dos estudantes nas instituições públicas superiores possui como pressuposto o fato de que a AE exerce um papel fundamental no contexto do

ensino, da pesquisa e da extensão (AMARAL; NASCIMENTO, 2010). As ações que constituem o PNAES têm por objetivo dar oportunidade de igualdade aos discentes para que apresentem melhor desempenho acadêmico, a partir de medidas que busquem combater situações de desistência do curso relacionadas às condições socioeconômicas. Para Andrade e Teixeira (2017), o objetivo desse programa é contribuir para a melhoria no desempenho acadêmico do estudante a fim de evitar a repetência e evasão, tendo em vista que são situações que geram um alto custo para o governo e para as instituições.

Nesse sentido, após a implantação do PNAES nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileiras, torna-se necessário verificar se o programa tem cumprido os seus objetivos e analisar como tem sido realizado o monitoramento e a avaliação dessa política por parte das instituições. O monitoramento e a avaliação são atividades gerenciais voltadas para a identificação de limitações e falhas no programa, permitindo aos gestores do PNAES a realização de reajustes visando torná-lo mais efetivo.

Apesar da Assistência Estudantil não ser recente no Brasil, considerando que desde 1930 já se identificava ações fragmentadas no país, constatou-se uma escassez de pesquisas sobre o tema na literatura brasileira. O que existe na atualidade são estudos de caso de natureza local, sem um corpo teórico passível de generalização, tornando a realidade da produção científica sobre AE fragmentada (VARGAS, 2008; MENEZES, 2003; GARRIDO; MERCURI, 2013). Complementarmente, observam-se poucos estudos específicos sobre o PNAES, um dos principais programas de Assistência Estudantil na atualidade. Segundo Andrade e Teixeira (2017), tal programa é segmentado em dez áreas de atuação o que implica em diversas linhas de investigação que não estão sendo desenvolvidas, além da falta de pesquisas sobre a avaliação do impacto dessas diferentes áreas para combater a retenção e evasão promovendo, consequentemente, a inclusão social (um dos grandes objetivos do programa).

Diante da problemática apresentada, o objetivo do presente estudo foi realizar um levantamento bibliométrico na área de Assistência Estudantil focando no PNAES, a fim de conhecer o cenário de produção científica sobre o tema no Brasil e realizar uma análise de artigos direcionados para o monitoramento e a avaliação do programa. Para tanto, foi realizada pesquisa no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES), em outubro de 2019, visando levantar aspectos bibliométricos, tais como:

período das publicações, autores por artigo, artigos por periódico, por área de avaliação, por região geográfica, por tema, por filiação dos autores e método de pesquisa utilizado.

Para além dessa introdução, a próxima seção contempla a fundamentação teórica do estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico do artigo foi subdividido em três grandes temas, sendo o primeiro sobre a evolução da Assistência Estudantil no Brasil desde a sua origem até os dias atuais, sob a perspectiva de Trindade (2004), Sousa (2005), Costa (2010), Vasconcelos (2010), Imperatori (2017) e Barros (2015). Na sequência, foram apresentadas as bases e objetivos do PNAES e, por fim, discutidas as noções de avaliação e monitoramento, utilizando os estudos de Arretche (1998), Nogueira (2002), Cavalcanti (2003), Costa e Castanhar (2003) e Faria (2009).

2.1 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL: ORIGEM AOS DIAS ATUAIS

O reconhecimento da educação como direito público regulamentado pelo Estado Brasileiro representa um importante marco das políticas sociais durante o governo de Getúlio Vargas (VASCONCELOS, 2010). Da mesma forma que esse fato histórico para a educação não é algo recente no país, as ações de assistência para o estudante remetem à década de 1930, com a implementação de programas envolvendo alimentação e moradia universitária (IMPERATORI, 2017).

Em 1931 foi realizada a primeira reforma educacional no país. A Reforma Francisco Campos, estabelecida por meio do Decreto nº 19.851/1931, objetivou instituir uma organização técnica e administrativa nas universidades no tocante ao ensino superior (BRASIL, 1931). Por meio desse dispositivo legal, também foram desenvolvidas propostas visando amparar discentes que enfrentavam quadros de vulnerabilidade social por meio de bolsas de estudos concedidas em institutos superiores de educação no país (IMPERATORI, 2017).

Na Constituição Federal de 1946, a assistência educacional obteve previsão legal para abranger os diversos níveis de ensino. O artigo 172, especificamente, estabeleceu que a AE se tornasse obrigatória nos sistemas de ensino e que fosse assegurada assistência educacional aos

discentes necessitados de forma a assegurar condições de eficiência e permanência escolar. Dando continuidade aos direitos assegurados em 1946, a Constituição de 1967 buscou manter os pressupostos garantidos anteriormente, mas houve o acréscimo do direito à igualdade de oportunidades educativas (COSTA, 2010).

Nessa direção, Imperatori (2017) destaca que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961 (BRASIL, 1961) apresentou um título específico para abordar a Assistência Social Escolar, prevendo no artigo 90 incumbências aos órgãos responsáveis no sentido de providenciar, fiscalizar e estimular os serviços de assistência social, médico-odontológico e de enfermagem aos alunos. No Art. 91 previu-se que a assistência social seria prestada na escola sob orientação de diretores e docentes.

Conforme afirma Imperatori (2017), ainda na década de 1970 foi criado o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE) vinculado ao Ministério da Educação e Cultura. Tal setor implantou programas de assistência aos estudantes como Bolsas de Trabalho, Bolsas de Estudo e programas de alimentação, moradia e assistência médico-odontológica. No entanto, o DAE foi extinto em 1980 e as ações de AE ficaram sob responsabilidade individual das instituições de ensino sem um direcionamento e um esforço coletivo, gerando um processo de fragmentação das ações de assistência nacionais (IMPERATORI, 2017).

É notável que os dispositivos constitucionais de 1946 e 1967 relacionados à Assistência Estudantil foram importantes para os discentes de uma forma geral. Nas décadas de 1950 e 1970 houve grande expansão da educação superior no país. Vasconcelos (2010) fez uma análise dessa época afirmando que, entre as décadas de 50 e 70, criaram-se universidades federais em todo o Brasil, ao menos uma em cada estado, além de universidades estaduais, municipais e particulares. A autora salienta ainda que, na década de 1970, o Ensino Superior expandiu de forma significativa, tendo em vista que o número de matrículas passou de 300 mil, em 1970, para um milhão e meio, em 1980.

A expansão ocorrida nas décadas supracitadas gerou oportunidade para muitos jovens obterem uma formação acadêmica em instituições de ensino superior, levando-os a saírem de suas cidades com destino às capitais. Consequentemente, a Assistência Estudantil ganhou força pois tornou-se necessidade para muitos, despertando reivindicações e lutas junto ao movimento estudantil. Essas demandas levaram as instituições de educação a assumirem responsabilidade

pela manutenção de algumas necessidades básicas dos discentes os quais não tinham recursos para se manterem nas capitais (SOUSA, 2005).

No ano 1988, em meio aos movimentos sociais, houve o engajamento na campanha das “Diretas Já”, época em que o regime militar é encerrado e é promulgada a Constituição Federal de 1988. O documento é um marco referente aos direitos sociais, onde a educação também passa a ser um direito público estendido a todas as classes sociais sem qualquer tipo de discriminação (VASCONCELOS, 2010). Assim, o Estado passa a ter a obrigação de proporcionar condições para que todos tenham acesso de modo igualitário à educação. Esse direito encontra-se amparado no Artigo 205, onde menciona que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e que será promovida objetivando a preparação do indivíduo para a cidadania e qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Ainda nesse contexto, surgiram duas importantes instituições que discutem questões relativas à AE: o Fonaprace e a Andifes. Tais instituições passam a defender, de forma institucionalizada, a igualdade de oportunidade através de uma integração entre as IFES, incluindo ações de permanência no curso e de prevenção da retenção e evasão geradas por razões socioeconômicas de discentes de baixa renda (VASCONCELOS, 2010).

Na década de 1990, a influência da política econômica e o modelo neoliberal implementado no país resultou no sucateamento das universidades públicas e a expansão do número de matrículas no ensino público privado, tendo em vista o recebimento de verba pública através da multiplicação das fundações privadas nas IFES (VASCONCELOS, 2010). A autora ressalta também que esse período foi prejudicial ao ensino superior público por razões como a defasagem salarial, falta de verbas para pesquisa, deslocamento de professores das universidades públicas para instituições privadas, aposentadoria em massa dos docentes e técnicos e a inexistência de uma política pública unificada voltada à Assistência Estudantil.

Corroborando com a autora, Barros (2015) afirma que, a partir de 1990 e principalmente nos mandatos do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), as políticas para o ensino superior submeteram o país a uma agenda neoliberal e a organismos como o Banco Mundial (BM), o Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID) e a Organização Mundial do Comércio (OMC). Tal cenário dificultou a abertura de espaço na agenda governamental para discutir uma política de AE em nível nacional.

Já em meados dos anos 2000, a educação superior viveu momentos importantes, trazendo um debate desafiador para construção de alternativas transformadoras em que o governo coloca a reforma universitária como prioridade (TRINDADE, 2004). Nesse sentido, durante o governo Lula, foram realizadas modificações no setor de educação superior, como por exemplo, a implantação de uma Reforma Universitária com bases em parâmetros de organismos internacionais e do Governo Federal (VASCONCELOS, 2010). Tais transformações foram notáveis, haja vista que em dez anos o número de matrículas em cursos superiores (presenciais e a distância) dobrou, passando de 3.036.113, em 2001, para 6.379.299, em 2010. As matrículas nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas aumentaram de 944.584 para 1.643.298, representando 25,8% do total no ano de 2010 (BARROS, 2015).

Diante do aumento de ingressos no ensino superior público, surge a principal política envolvendo a AE, o Programa Nacional de Assistência Estudantil apresentado na próxima seção.

2.2 PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

O Programa Nacional de Assistência Estudantil foi instituído em 12 de dezembro de 2007, por meio da Portaria Normativa nº 39, tendo como público-alvo os estudantes de graduação presencial das IFES. O programa pode ser considerado um marco histórico, representando o resultado de um esforço coletivo de dirigentes, docentes e discentes para garantir a AE voltada para a igualdade de oportunidades aos estudantes do ensino superior público (VASCONCELOS, 2010).

Três anos após a publicação da Portaria, houve uma alteração que permitiu maior estabilidade ao PNAES, passando a ser regulamentado pelo Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010. Um dos fatores mais significativos trazidos pelo Decreto em relação à Portaria foi a definição do seu público alvo no Art.5º, que restringe o acesso ao programa priorizando estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou que possuam renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio. Nesse documento são mencionadas também as dez áreas em que a AE deve ser desenvolvida: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e

aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Atualmente essa é a política de Assistência Estudantil que se encontra implementada nas IFES. No entanto, como pode ser observado na própria legislação, foram definidas as ações de AE sem um direcionamento na forma de execução gerando projetos e serviços de diferentes tipos em cada instituição (IMPERATORI, 2017). Além disso, existe uma lacuna de estudos sobre a avaliação de impacto das áreas delimitadas para o PNAES em relação ao combate à retenção e evasão de estudantes, que são justamente os objetivos declarados na legislação do programa (ANDRADE, TEIXEIRA, 2017).

Imperatori (2017) complementa que, na sua visão, o PNAES não pode ser considerado uma política consolidada, pois ainda passa por um processo de legitimação e consolidação. Tendo em vista esse contexto, torna-se importante obter dados referentes ao PNAES, como por exemplo, avaliações acerca da eficácia, eficiência e impacto do programa, assim como dados sobre o desempenho acadêmico, retenção e evasão dos discentes assistidos.

2.3 AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Tendo em vista que o PNAES é uma política pública e sendo um objetivo deste artigo verificar o cenário de produção científica relacionado à avaliação e monitoramento dessa política, torna-se importante abordar o tema. Avaliação, conforme Arretche (1998, p. 1), “trata-se precipuamente de atribuir um valor, uma medida de aprovação ou desaprovação a uma política ou programa público particular, de analisá-la a partir de uma certa concepção de justiça (explícita ou implícita).”

Cavalcanti (2003) define avaliação como um instrumento utilizado para conhecimento da viabilidade de programas e projetos, assim como para redirecionamento de seus objetivos e reformulação de suas propostas e atividades. Trata-se de um importante mecanismo de gestão, pois permite o levantamento de informações que subsidiam o processo de tomada de decisão dos gestores, formuladores e implementadores de programas. Por meio da avaliação é possível obter um quadro diagnóstico da situação do programa, permitindo a identificação de gargalos e a proposição de ajustes necessários, gerando economia de tempo e recursos e aumentando, consequentemente, a credibilidade das ações públicas.

Como recurso para medir o desempenho de programas, a avaliação baseia-se em critérios essenciais, tais como: eficiência, eficácia, custo, impacto, sustentabilidade, efetividade, satisfação dos beneficiários e equidade. No entanto, são medidas amplas que demandam a definição de formas específicas de operacionalização, controle e quantificação de resultados, podendo-se utilizar para isso outra categoria denominada de indicadores (COSTA; CASTANHAR, 2003).

Diante dos conceitos apresentados observa-se que a avaliação de políticas públicas pode ser considerada um instrumento de prestação de contas das ações governamentais à sociedade. O monitoramento, também, representa uma ação gerencial importante com o objetivo de acompanhar a evolução do programa subsidiando a geração de dados que permitem confirmar ou corrigir as ações monitoradas (NOGUEIRA, 2002). Nesse sentido, Cavalcanti (2003) afirma que o monitoramento se refere a um processo contínuo que retroalimenta o ciclo de ajustes de uma política. Nessa direção, Faria (2009) argumenta que por meio do monitoramento é possível intervir na execução e realizar a correção de desvios detectados.

Diante do exposto e da determinação do inciso II do artigo 5º do Decreto nº 7.234 de 2010, no sentido de estabelecer mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES, este subitem teve por objetivo evidenciar a relevância das ações de monitoramento e avaliação das políticas públicas. Feita a discussão teórica, a próxima seção contempla descrição dos aspectos metodológicos da pesquisa de campo.

3 METODOLOGIA

O objetivo deste estudo foi realizar um levantamento bibliométrico na área de Assistência Estudantil focando no PNAES, a fim de conhecer o cenário de produção científica sobre o tema no país e realizar uma análise de artigos direcionados ao monitoramento e avaliação do programa. Quanto ao método, o estudo caracteriza-se como bibliométrico, exploratório e descritivo, possuindo natureza quantitativa. Dessa forma, busca-se quantificar os resultados e trazer indicadores objetivos sobre atributos relacionados ao tema investigado (FONSECA, 2002).

A Bibliometria, particularmente, é uma área de conhecimento dentro da Ciência da Informação voltada, dentre outros, para a produção de indicadores baseados na análise de questões matemáticas e estatísticas da comunicação científica em domínios específicos do conhecimento (GUEDES, 2012). Por meio da Bibliometria pode-se descobrir, por exemplo, o que tem sido publicado a respeito de determinado tema (assuntos e categorias de interesse), quem são os autores clássicos na área, qual o período das publicações, etc. (BELFORT; FREITAS; MARTENS, 2015).

Devido a sua abrangência e relevância no contexto Brasileiro, optou-se por realizar o levantamento no Portal de Periódicos da Capes. Tal plataforma disponibiliza às instituições de ensino e pesquisa do Brasil o melhor da produção científica internacional contando com mais 45 mil títulos e 130 bases de dados. É considerado o principal portal de artigos do Brasil, pois além, de atender a demandas dos setores acadêmico, produtivo e governamental, representa uma ferramenta de fomento e apoio aos mestrados e doutorados do país e conseqüentemente, da pesquisa científica (CAPES/MEC, 2020).

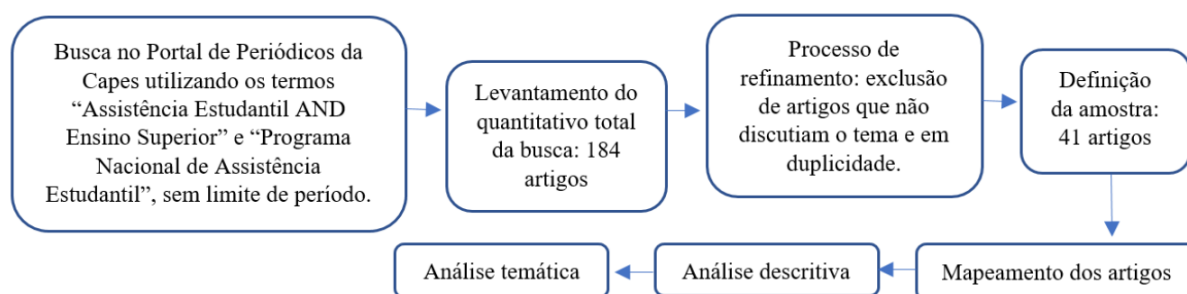
Quanto à coleta de dados, foram utilizados dados secundários (artigos e textos) disponíveis no Portal. Ressalta-se que não houve delimitação de período no processo de busca, pois a ideia foi alcançar toda a produção científica na área. O levantamento foi feito em outubro de 2019 e os dois termos utilizados na busca foram: 1) “Programa Nacional de Assistência Estudantil”, digitado em busca avançada e mantendo as opções “qualquer” e “é (exato)” selecionadas; 2) “Assistência Estudantil AND Ensino Superior”, digitado em busca avançada e mantendo as opções “qualquer” e “contém” selecionadas.

Concluídas as buscas, foram gerados arquivos no formato “pdf” disponibilizados no próprio Portal da Capes, contendo dados de cada artigo como: título, autor (es) e resumo. Posteriormente, iniciou-se o processo de leitura, análise e resumo de cada trabalho com a finalidade de excluir textos inicialmente identificados pelo Portal, mas que não estavam diretamente relacionados aos temas de interesse do levantamento (Assistência Estudantil e/ou PNAES). Concluído esse processo de tratamento e exclusão, obteve-se 48 artigos provenientes dos dois termos de busca indicados anteriormente. Na sequência foram excluídos 7 trabalhos que estavam em duplicidade deixando a amostral final do estudo em 41 artigos publicados no período de 2011 a outubro de 2019. Na sequência, iniciou-se o processo de tratamento dos dados e a elaboração dos indicadores.

Em termos de indicadores, foram considerados os estudos de Brancher, Oliveira e Roncon (2012); Melo e Andreassi (2008); Tonelli et al. (2003) e Caldas, Tonelli e Lacombe (2002), sendo selecionados os seguintes índices: (i) período de publicação; (ii) autores por artigo; (iii) filiação dos autores; (iv) publicações por região; (v) temas de interesse dos artigos. Para a classificação do método de pesquisa, tomou-se como referência o estudo de Caldas (2002) e os artigos foram classificados em: ensaio teórico; teórico-empírico (qualitativa); teórico-empírico (quantitativa) e teórico-empírico (quali-quantitativa). Ressalta-se que foram elaborados também indicadores relacionados à publicação por periódico e à área de avaliação dos artigos.

Para a organização dos dados e a obtenção dos indicadores foi utilizado o software Excel. A figura abaixo contempla as etapas adotadas no estudo:

Figura 1 - Processo metodológico



Fonte: Elaborada pelos autores (2019)

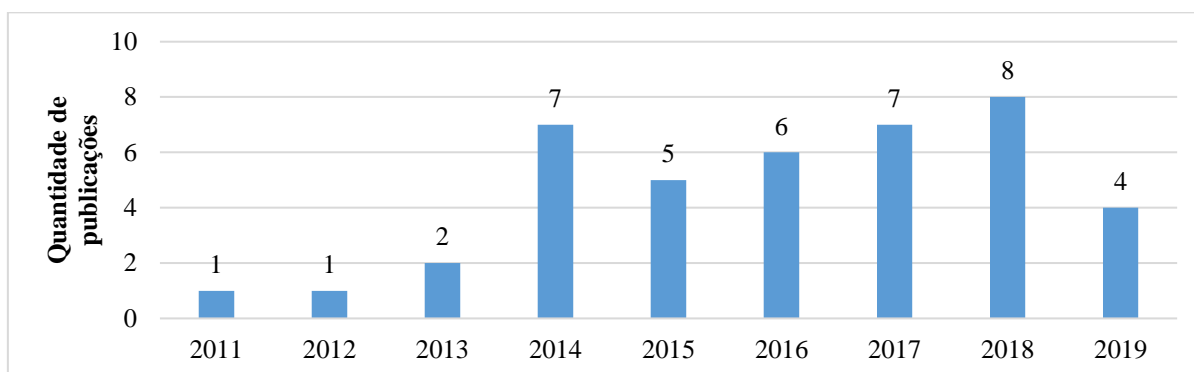
4 ANÁLISE DOS DADOS

Em seguida foi realizada a exposição e discussão dos dados encontrados nesta pesquisa.

4.1 PERÍODO DE PUBLICAÇÃO

O Gráfico 1 contempla a evolução temporal da publicação de artigos sobre o tema investigado no período de 2011 a outubro de 2019.

Gráfico 1 – Período de publicação



Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

Nesse período constatou-se que o número de publicações aumentou gradativamente ao longo do tempo (à exceção de 2014 para 2015) e em 2019, considerando que o levantamento foi feito em outubro/2019 e não contemplou os meses restantes desse ano. Chama a atenção o fato de que a pesquisa não teve delimitação temporal e, no entanto, as publicações somente aparecem a partir de 2011, indicando que se trata de um tema contemporâneo. Tal achado pode ser explicado pela publicação do Decreto do PNAES no ano de 2010 que representou um passo importante para a Assistência Estudantil.

4.2 AUTORES POR ARTIGO

A Tabela 1, por sua vez, contempla o número de autores por artigo com a finalidade de identificar o grau de colaboração existente entre os pesquisadores na área investigada.

Tabela 1 – Autores por artigo

Número de autores	Incidência (artigos)	%
1	7	17,07
2	25	60,98
3	7	17,07
4	2	4,88
Total	41	100

Fonte: Elaborada pelos autores (2019)

Analisando os achados, constatou-se que existe cooperação entre pesquisadores em 34 artigos, correspondendo a 82,93% dos trabalhos investigados. Do total de artigos elaborados de forma cooperativa, 22 trabalhos são de autores filiados à mesma instituição (colaboração intraorganizacional) e 12 pesquisadores vinculados a instituições distintas (colaboração interorganizacional).

Outra análise realizada foi quanto à existência ou não de autores clássicos na área de conhecimento investigada, ou seja, pesquisadores com ampla tradição em pesquisa e publicação no assunto. Os achados sintetizados na Tabela 2 identificam os cinco autores que mais publicaram na área e revelam que os 41 artigos analisados estão distribuídos entre 81 pesquisadores, indicando o tema não é concentrado em um grupo particular de pesquisadores, mas sim distribuído em um universo mais amplo de docentes.

Tabela 2 – Publicação por pesquisador

Autor	Incidência*	%
1. Carina Elisabeth Maciel	2	2,3
2. Carla Silva Machado	2	2,3
3 Carolina Alves Magaldi	2	2,3
4. Elenilce Gomes de Oliveira	2	2,3
5. Raquel Campos Nepomuceno de Oliveira	2	2,3
Demais autores (76)	76	88,3
Total	86	100

Fonte: Elaborada pelos autores (2019)

* Quantidade de vezes que o nome do autor aparece nos 41 artigos

Os achados evidenciam, ainda, que os cinco autores que mais publicaram sobre AE e PNAES (se somados os seus percentuais), representam 11,5% do total de publicações da área. Os outros 76 autores que possuem somente uma publicação representam 88,3% do total, ratificando que as publicações sobre o tema se encontram pulverizadas e que não há uma concentração de trabalhos em um grupo pequeno de pesquisadores.

Ressalta-se, ainda, que os cinco autores que mais produziram sobre o tema não ultrapassaram a marca de dois artigos por pessoa, evidenciando, de alguma forma, que não concentram as suas pesquisas somente nas temáticas relacionadas à AE e PNAES. Entretanto, cabe considerar que as publicações sobre o PNAES se iniciam a partir de 2011 e o tema ainda é considerado recente.

4.3 PUBLICAÇÃO POR PERIÓDICO

A partir da análise dos dados, observou-se que 31 periódicos, identificados na Tabela 3, foram responsáveis pela publicação dos 41 artigos analisados neste trabalho.

Tabela 3 – Publicação por periódico

Nr ordem	Nome do periódico	Quantidade de publicações
1	Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior	4
2	Revista Educação (UFSM)	2
3	Meta: Avaliação	2
4	Política e Gestão Educacional	2
5	Psicologia Escolar e Educacional	2
6	Revista Labor	2
7	Serviço Social em Revista	2
8	Textos & Contextos (Porto Alegre)	2
9	Cuadernos de Trabajo Social	1
10	Acta Scientiarum. Education	1
11	Argumentum	1
12	Revista de Estudos Empíricos em Direito	1
13	Caderno CRH,	1
14	Educação: Teoria e Prática	1
15	Em Pauta	1
16	HOLOS	1
17	Psico	1
18	Revista Brasileira de Política e Administração da Educação	1
19	Revista da Universidade Vale do Rio Verde	1
20	Revista Educação e Cultura Contemporânea	1
21	Revista Educação e Emancipação	1
22	Revista Educação, Cultura e Sociedade	1
23	Revista Eletrônica de Educação	1
24	Revista Exitus	1
25	Revista Gestão Universitária na América Latina	1
26	Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação	1
27	Revista Internacional de Educação Superior	1
28	Revista de Gestão e Avaliação Educacional	1
29	Revista de Humanidades	1
30	Revista de Políticas Públicas	1
31	Simbiótica Revista Eletrônica	1
Total		41

Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

Os achados apresentados indicam que os oito periódicos que mais publicaram sobre o tema, no período de 2011 a outubro de 2019, foram responsáveis por 18 publicações, as quais correspondem a 43,9% do total.

O periódico com maior número de publicações é o “Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior”, classificado pela Capes no quadriênio 2013-2016 em “A1” na área de educação. Tal revista tem como eixo principal o tema “educação superior” dando enfoque a estudos voltados à avaliação e às políticas desse nível de ensino no país. Por difundir estudos voltados ao desenvolvimento de teorias e práticas de avaliação institucional, este periódico representa um espaço promissor para pesquisadores interessados em preencher a lacuna teórica que existe em relação à avaliação do PNAES no país.

Os artigos publicados no periódico e analisados neste levantamento possuem as seguintes palavras-chave: Evasão; Rendimento escolar; Desenvolvimento psicossocial; Avaliação; PNAES; Epistemologia; Assistência; Estudantil; Ensino Superior; Assistência Estudantil; Mercado de Trabalho; Educação Superior; Inclusão; Democratização e Estudantes de graduação. Nos quatro artigos publicados na Revista Avaliação, todos os primeiros autores são de instituições distintas, reforçando o argumento de ser um tema com distribuição pulverizada.

Dos periódicos que publicaram dois artigos sobre o tema, a “Revista Educação (UFSM)” é classificada em “A1” na área de educação, as revistas “Textos e Contextos (Porto Alegre)” e “Psicologia Escolar Educacional” são classificadas em “A2” nas respectivas áreas de serviço social e psicologia. Os outros quatro periódicos possuem classificação em suas áreas principais entre “B1” e “B4”.

4.4 ÁREA DE AVALIAÇÃO

A Tabela 4, abaixo exposta, demonstra o quantitativo de periódicos e os percentuais por áreas de avaliação dos artigos considerados neste levantamento.

Tabela 4 – Área de avaliação

Área de avaliação	Quantidade de Periódicos	%
Educação	22	53,6

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E PNAES: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO SOBRE A PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA ÁREA

Interdisciplinar	8	19,5
Serviço Social	5	12,1
Psicologia	3	7,3
Sociologia	1	2,4
Direito	1	2,4
Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo.	1	2,4
Total	41	100

Fonte: Elaborada pelos autores (2019)

Com base nos achados, verificou-se que 53,6% dos artigos avaliados estão inseridos na área de educação, resultado esperado dado à natureza do tema AE e PNAES. Neste escopo, contou-se a ocorrência constante de discussões acerca das dificuldades de permanência do discente no Ensino Superior, as quais o PNAES foi idealizado para mitigar. Chama atenção a pequena participação da área de Administração, dado que os temas “avaliação e monitoramento de políticas” deveriam ser objeto de interesse e investigação por parte de estudiosos na área de gestão (geral) e de administração pública.

4.5 FILIAÇÃO DOS AUTORES

Em relação à filiação dos autores, utilizou-se como parâmetro o vínculo do autor principal. Os pesquisadores que publicaram sobre AE e PNAES encontraram-se vinculados a 32 instituições brasileiras distintas e 01 instituto estrangeiro (Instituto Universitário de Lisboa- ISCTE/Portugal), conforme dados constantes na Tabela 5.

Tabela 5 – Filiação dos autores

Instituições	Incidência	%
1. UFRJ-Rio de Janeiro	3	7,3
2. UFSC-Santa Catarina	2	4,8
3. IFCE-Ceará	2	4,8
4. UFJF-Minas Gerais	2	4,8
5. UFMG-Minas Gerais	2	4,8
6. UFMS-Mato Grosso do Sul	2	4,8
7. UTFPR-Paraná	2	4,8
8. FURG-Rio Grande do Sul	1	2,4
9. IFB-Distrito Federal	1	2,4
10. UENF-Rio de Janeiro	1	2,4
11. IFPA-Pará	1	2,4
12. IFTO-Tocantins	1	2,4
13. ISCTE, Lisboa/Portugal	1	2,4
14. UECE-Ceará	1	2,4
15. UERN-Rio Grande do Norte	1	2,4

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E PNAES: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO SOBRE A PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA ÁREA

16. UFBA-Bahia	1	2,4
17. UFC-Ceará	1	2,4
18. UFES-Espírito Santo	1	2,4
19. UFF-Rio de Janeiro	1	2,4
20. UFFS-Santa Catarina	1	2,4
21. UFMA-Maranhão	1	2,4
22. UFMT-Mato Grosso	1	2,4
23. UFOP-Minas Gerais	1	2,4
24. UFPA-Pará	1	2,4
25. UFPE-Pernambuco	1	2,4
26. IFPI-Piauí	1	2,4
27. UFPR-Paraná	1	2,4
28. UFS-Sergipe	1	2,4
29. UFVJM-Minas Gerais	1	2,4
30. UFV-Minas Gerais	1	2,4
31. Unicamp-São Paulo	1	2,4
32. Unioeste-Paraná	1	2,4
33. UFRGS-Rio Grande do Sul	1	2,4
Total	41	100

Fonte: Elaborada pelos autores (2019)

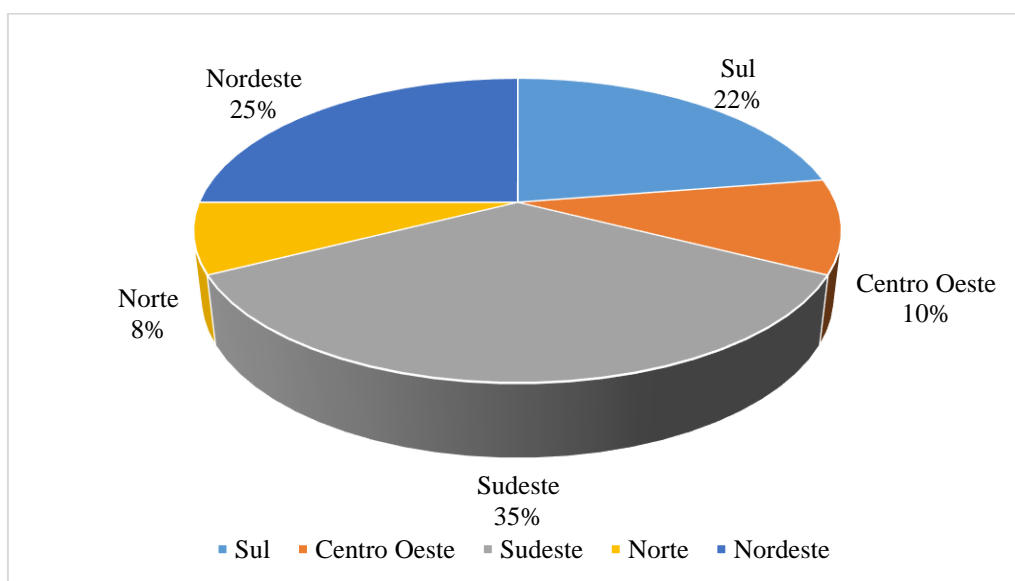
Os dados empíricos indicam que a universidade com maior número de autores que publicaram sobre o tema foi a UFRJ (representando 7,3% do total) e em seguida aparecem UFSC, IFCE, UFJF, UFMG, UFMS e UTFPR, cada qual com 4,8% dos autores que publicaram sobre o tema. Das 33 instituições, 26 possuem somente um artigo, indicando pulverização das publicações em termos de autores e instituições vinculadas. Ou seja, os dados da Tabela 5 indicam pequena reincidência de instituições que publicaram sobre o tema, ratificando que não existem centros consolidados de estudo sobre o tema investigado.

Outro dado relevante é que todas as instituições brasileiras identificadas possuem natureza pública, o que justifica um interesse maior pela temática investigada, qual seja: a Assistência Estudantil e a política pública do PNAES.

4.6 PUBLICAÇÃO POR REGIÃO GEOGRÁFICA

Para a análise das publicações por região do Brasil foi desconsiderado da amostra o artigo publicado na instituição estrangeira, totalizando 40 artigos publicados no país. A análise por região levou em consideração a filiação do primeiro autor, conforme dados constantes no Gráfico abaixo.

Gráfico 2: Publicação por região



Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

Constata-se que a região sudeste responde por 35% do total de publicações sobre AE e PNAES, demonstrando a sua representatividade no tema. A região nordeste teve o percentual de 25% e a região sul ocupa o terceiro lugar com 22% das publicações. Considerando que o PNAES é uma política voltada para a educação superior pública federal e que a maioria das universidades e institutos federais se localizam nas regiões sudeste e nordeste, os dados sugerem que a distribuição das publicações por região seguiu a mesma lógica de distribuição das unidades educacionais.

4.7 MÉTODO DE PESQUISA UTILIZADO

Com o objetivo de identificar o método de pesquisa mais adotado nos artigos analisados foi elaborado o indicador apresentado na Tabela 6. O método de pesquisa predominante foi o teórico-empírico e a abordagem qualitativa se destaca com 51,2% do total. Na sequência aparece o método teórico-empírico (quali-quantitativa), ou seja, misto, representando 29,2 % do total de artigos.

Tabela 6 – Método de pesquisa utilizado

Método	Incidência	%
Ensaio teórico	5	12,1
Teórico-empírico – qualitativa	21	51,2
Teórico-empírico – quantitativa	3	7,3
Teórico-empírico - quali-quantitativa	12	29,2

Revista Práticas em Gestão Pública Universitária, ano 5, v. 5, n. 1, jan.-jun. 2021.

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E PNAES: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO SOBRE A PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA ÁREA

Total	41	100
-------	----	-----

Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

A superioridade de trabalhos qualitativos pode ser justificada pelo fato de ser uma área de pesquisa contemporânea e o fato de que muitas questões ainda se encontram em fases iniciais de investigação, demandando métodos de natureza mais aberta e exploratória. O avanço de pesquisas quantitativas depende de um conjunto razoável de proposições e hipóteses geradas em estudos qualitativos que são, posteriormente, testadas em testes estatísticos. Nesse sentido, a evolução do campo da AE e da PNAES depende do desenvolvimento desses trabalhos nos próximos anos, sobretudo, para avaliar, através de técnicas estatísticas, se o PNAES vem cumprindo seu objetivo como principal política voltada para a permanência do discente na educação superior.

4.8 TEMAS DE INTERESSE DOS ARTIGOS

Com relação à análise temática, levando em consideração Assistência Estudantil e PNAES, buscou-se identificar as áreas ou assuntos que têm recebido maior atenção dos pesquisadores. Esses dados foram demonstrados na Tabela 7.

Tabela 7 – Temas de interesse dos artigos

Áreas/ assuntos	Nº artigos	%
Avaliação do PNAES	6	14,6
Análise compreensiva, implantação e caracterização do PNAES e construção histórica da AE/PNAES	5	12,2

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E PNAES: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO SOBRE A PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA ÁREA

Análise de ações desenvolvidas referentes ao PNAES	4	9,8
Análise de implementação do PNAES	3	7,3
Análise de perfil do discente de graduação e do discente beneficiário do PNAES	3	7,3
Contribuições do PNAES para acesso, permanência e conclusão de curso	3	7,3
Reserva de vagas, Lei de Cotas e PNAES	3	7,3
Ensino Superior, PNAES e AE	2	4,9
Perspectivas sobre AE e PNAES	2	4,9
Residências universitárias/Moradia Estudantil	2	4,9
Análise de política de bolsas	1	2,4
Assistência Estudantil e egressos do Ensino Superior	1	2,4
Assistência Estudantil voltada à saúde	1	2,4
Efeitos e impactos do PNAES na subjetivação de discentes	1	2,4
Fatores que limitam o acesso, permanência e conclusão dos cursos superiores	1	2,4
Reflexão sobre impactos da AE na permanência e conclusão do curso	1	2,4
Relação das áreas do PNAES com a intenção de permanência, o desempenho acadêmico e a percepção de desenvolvimento psicossocial	1	2,4
Vulnerabilidade Social	1	2,4
Total	41	100

Fonte: Elaborada pelos autores (2019)

Dando um enfoque para a avaliação do programa PNAES, seis artigos realizaram algum tipo de avaliação levando em consideração aspectos como satisfação do beneficiário, desempenho escolar, evasão e eficácia do programa.

Dos seis artigos, quatro deles realizaram a avaliação do PNAES ou de ações relacionadas ao programa na perspectiva dos beneficiários. Dentre as conclusões desses estudos, os discentes reconheceram a importância do PNAES e afirmaram que o programa é uma política fundamental para permanência dos estudantes no Ensino Superior. Em outro estudo, a avaliação do PNAES ocorreu por meio de um levantamento bibliográfico e documental a partir do acesso a portais de 60 Universidades Federais brasileiras, onde foi obtido o mapeamento das políticas, ações ou programas que cada instituição desenvolvia. Dentre as conclusões da pesquisa, o PNAES foi avaliado como eficaz, pois atingiu os objetivos propostos. Em um sexto estudo foi feita uma comparação entre o coeficiente acadêmico e a permanência dos estudantes bolsistas no PNAES e dos demais estudantes da universidade e o programa de auxílio da instituição foi avaliado como eficaz.

A despeito dos avanços obtidos nesses estudos, foram identificados poucos trabalhos contemplando uma avaliação do PNAES considerando as áreas delimitadas para o programa, corroborando as afirmações de Andrade e Teixeira (2017) de que há uma lacuna teórica em relação a esse recorte de pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada propiciou um mapeamento do cenário de publicações sobre a Assistência Estudantil no Brasil e sobre o PNAES, bem como um conhecimento sobre o *status* das atividades de monitoramento e avaliação desse programa no país, haja vista a sua relevância para o acesso e a permanência dos discentes na educação pública superior.

Por meio das análises realizadas foi possível constatar que as publicações se iniciam a partir de 2011, data que se aproxima do ano de implantação do Decreto do PNAES em 2010. Observou-se também um aumento nas publicações a partir de 2014 com uma tendência de crescimento nos anos subsequentes, demonstrando que apesar de ser um tema pouco pesquisado vem ganhando espaço nas agendas de pesquisa.

Os achados de pesquisa evidenciam também que se trata de um tema pulverizado em termos de autoria dos trabalhos, indicando que ainda não existe um grupo tradicional e representativo que publica sobre o tema no Brasil, dado ratificado também pelo indicador de filiação dos autores. Na maioria dos artigos constatou-se que existe cooperação entre pesquisadores, sendo uma área onde se verifica maior cooperação intraorganizacional do que colaboração interorganizacional (entre diferentes instituições).

Quanto à área de avaliação, os achados indicam a predominância de artigos oriundos de revistas na área da educação, correspondendo a 53,6% do total. Esse resultado pode ser explicado pelo fato de a AE e do PNAES serem temas ligados à problemática educacional. As publicações por região geográfica, por sua vez, comprovam a hegemonia do Sudeste e Nordeste que representaram 60% do total das publicações analisadas, coincidindo com a maior presença de universidades e institutos federais públicos nessas regiões do país.

Dentro do tema, foram encontrados seis artigos que abordaram a questão da avaliação considerando aspectos como satisfação do beneficiário, permanência, desempenho, evasão e eficácia do programa. A escassez de trabalhos com o objetivo de avaliar o PNAES, além de evidenciar uma lacuna teórica, sugere a existência de dificuldades metodológicas na sistematização da avaliação, conforme já apontado por Costa e Castanhar (2003). Quanto ao método, observou-se predominância de estudos qualitativos, indicando que há um campo em aberto para a realização de estudos que adotem técnicas estatísticas.

As lacunas identificadas na área de AE e do PNAES, a partir do levantamento bibliométrico realizado, chama a atenção para a importância de estimular discussões científicas sobre o tema, considerando que a AE alcançou marcos importantes no Brasil, como o PNAES que viabiliza a igualdade de oportunidades de acesso à educação superior contribuindo para combater, de alguma forma, a desigualdade social no país.

Em termos de contribuições teóricas, este estudo amplia as pesquisas sobre a AE e sobre o PNAES, tendo em vista as lacunas da literatura sobre o tema identificadas neste trabalho. Dessa forma foi possível mapear diversas características sobre este campo de estudo no Brasil, assim como identificar os métodos que têm sido utilizados nas pesquisas que avaliam o programa. Tendo em vista que a avaliação pode permitir readequações e reformulações para melhorar a gestão do programa, o estudo pôde contribuir, em termos práticos, ao sinalizar para as instituições de ensino que há poucas avaliações acerca do programa e que as existentes focam em sua maioria em aspectos de eficácia ou medidas objetivas.

Para trabalhos futuros, sugere-se a realização de um levantamento nas Pró-reitorias responsáveis pela gestão do PNAES nas IES Brasileiras sobre como tem sido feito a avaliação e o monitoramento dessa política e as dificuldades encontradas nesse processo.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Regiane da Silva; NASCIMENTO, Sara Diniz. Diagnóstico situacional da política de Assistência Estudantil no âmbito do Instituto Federal do Maranhão: estudo de caso nos Campi Buriticupu e Centro Histórico. In: **Anais...** Congresso de Pesquisa e Inovação da Revista Práticas em Gestão Pública Universitária, ano 5, v. 5, n. 1, jan.-jun. 2021.

Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica, Maceió: IFAL, 2010. Disponível em: <http://connepi.ifal.edu.br/ocs/index.php/connepi/CONNPEI2010/paper/view/336> Acesso em: 30 out. 2019.

ANDRADE, A. M. J. DE; TEIXEIRA, M. A. P. Áreas da política de Assistência Estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 22, n. 2, p. 512–528, ago. 2017. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/aval/v22n2/1982-5765-aval-22-02-00512.pdf> >. Acesso em: 28 out. 2019.

ARRETCHE, M. T. S. Tendências no estudo da avaliação. In: RICO, E. M. (org.). *Avaliação das Políticas Sociais: uma questão em debate*. São Paulo: Cortez, 1998.

BARROS, Aparecida da Silva Xavier. Expansão da educação superior no Brasil: limites e possibilidades. **Educação & Sociedade**, [s.l.], v. 36, n. 131, p.361-390, jun. 2015. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/es/v36n131/1678-4626-es-36-131-00361.pdf> >. Acesso em: 28 out. 2019.

BELFORT, A. C.; FREITAS, H. M. R. de.; MARTENS, C. D. P. Affordances em Tecnologia Móvel: um tema já consolidado ou uma tendência? In: **SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO**, 18., 2015, São Paulo. Anais do XVIII SEMEAD Seminários em Administração. São Paulo: USP, 2015. p. 1-16.

BRANCHER, I. B.; OLIVEIRA, E. M.; RONCON, A. Comportamento empreendedor: estudo bibliométrico da produção nacional e a influência de referencial teórico internacional. **Inter-nexT - Revista Eletrônica de Negócios Internacionais da ESPM**, v. 7, n. 1, p. 166-193, 2012. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/7827/comportamento-empreendedor--estudo-bibliometric--->. Acesso em: 16 jun 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 26 jun. 2020.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm>. Acesso em: 28 jun. 2020.

_____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1946**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm >. Acesso em: 28 jun. 2020.

_____. **Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 26 jun 2020.

_____. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.** Brasil, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em: 26 jun 2020.

_____. **Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm>. Acesso em: 28 jun. 2020.

CALDAS, M. P.; TONELLI, M. J.; LACOMBE, B. M. B. Espelho, espelho meu: meta-estudo da produção científica em recursos humanos nos EnANPAD da década de 90. . In: **26 EN-CONTRO ANUAL DO EnANPAD** (2002: Salvador) Anais... Salvador ANPAD, 2002.

CAVALCANTI, Mônica Maria de Arruda. Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais – Uma abordagem Conceitual. 2003. 149 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Formação e Desenvolvimento Profissional, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2003. Disponível em: <<http://www.socialiris.org/antigo/imagem/boletim/arq48975df171def.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2019.

COSTA, Frederico Lustosa da; CASTANHAR, José Cezar. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, p. 969 a 992, jan. 2003. ISSN 1982-3134. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6509>>. Acesso em: 10 Dez. 2019.

COSTA, Simone Gomes. **A equidade na educação superior:** uma análise das políticas de Assistência Estudantil. 2010. 203 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://lume.ufrgs.br/handle/10183/27499>>. Acesso em: 10 Dez. 2019.

DUTRA, N. G. DOS R.; SANTOS, M. DE F. DE S. Assistência Estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 25, n. 94, p. 148–181, mar. 2017. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v25n94/1809-4465-ensaio-25-94-0148.pdf> > Acesso em: 27 out. 2019.

FARIA, Regina M. Avaliação de Programas Sociais: Evoluções e Tendências. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.) **Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate.** São Paulo: Cortez, 2009.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002.

GARRIDO, Edleusa Nery; MERCURI, Elizabeth Nogueira Gomes da Silva. A moradia estudantil universitária como tema na produção científica nacional. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, v. 17, n. 1, p. 87-95, jan.-jun./2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v17n1/a09v17n1.pdf>> Acesso em: 27 out. 2019.

GUEDES, Vânia Lisboa da Silveira. A Bibliometria e a gestão da informação e do conhecimento científico e tecnológico: uma revisão da literatura. *Ponto de Acesso*, Salvador, v. 6, n. 2, p. 74-109, ago. 2012.

IMPERATORI, T. K. A trajetória da Assistência Estudantil na educação superior brasileira. *Serviço Social & Sociedade*, n. 129, p. 285–303, ago. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n129/0101-6628-sssoc-129-0285.pdf> >. Acesso em: 19 nov. 2019.

MELO, P. L. de R.; ANDREASSI, T. Publicação Científica Nacional e Internacional sobre Franchising: Levantamento e Análise do Período 1998 – 2007. In: **32 ENCONTRO ANUAL DO EnANPAD** (2008: Rio de Janeiro) Anais... Rio de Janeiro ANPAD, 2008.

MENEZES, Josilene Estácio. A política de assistência ao estudante: a bolsa de trabalho como instrumento de direito para a formação do aluno no CEFET-AL. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) — Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9987> >. Acesso em: 28 nov. 2019.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Avaliação e Monitoramento de Políticas e Programas Sociais – revendo conceitos básicos. In: *Katálysis*, v.5, n. 2, p.141-152, jul.-dez., 2002. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1796/179618335007.pdf> >. Acesso em: 28 nov. 2019.

Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Missão e objetivos. Disponível em: https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_pcontent&view=pcontent&alias=missao-objetivos&Itemid=109. Acesso em: 25 jun 2020

SOUSA, Livia Mesquita de. Significados e sentidos das casas estudantis: um estudo com jovens universitários. Dissertação (Mestrado em Psicologia) — Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2005. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/2004> >. Acesso em: 28 nov. 2019.

TONELLI, M. J.; CALDAS, M. P.; LACOMBE, B. M. B.; TINOCO, T. Produção acadêmica em recursos humanos no Brasil: 1991-2000. *RAE*, v. 43, n. 1, pp.104-22, 2003.

TRINDADE, Hélió. A República em tempos de reforma universitária: o desafio do governo Lula. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 25, n. 88, p.819-844, 2004. Disponível em: < https://www.researchgate.net/publication/47868087_A_Republica_em_tempos_de_reforma_universitaria_o_desafio_do_Governo_Lula >. Acesso em: 28 nov. 2019.

VARGAS, Michely de Lima Ferreira. Ensino Superior, Assistência Estudantil e mercado de trabalho: um estudo com egressos da UFMG. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: < <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/FAEC-84VHVQ> >. Acesso em: 01 dez. 2019.

VASCONCELOS, N. B. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da Assistência Estudantil ao longo da história da educação superior no
Revista Práticas em Gestão Pública Universitária, ano 5, v. 5, n. 1, jan.-jun. 2021.

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E PNAES: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO SOBRE A PRODUÇÃO
CIENTÍFICA NA ÁREA

Brasil/National Student Assistance Program: an analysis of the evolution of student assistance along the history of. **Ensino em Re-Vista**, 21 dez. 2010. Disponível em:
<<http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/11361> >. Acesso em: 01 dez. 2019.